

Financiamento para o Desenvolvimento

5 tendências e 10 recomendações

fevereiro 2025

Uma década após a última Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, a 4ª Conferência, em Sevilha (julho 2025) terá de responder a desafios novos ou agravados. As divisões geopolíticas aprofundaram-se, a conflitualidade aumentou, a capacidade de resposta dos organismos multilaterais diminuiu e uma grande incerteza marca hoje as dinâmicas mundiais. O contexto internacional é muito diferente de 2015, quando o Acordo de Paris, a Agenda de Ação de Adis Abeba e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foram aprovados.

A confluência de crises registadas nos últimos anos – pandemia, guerra na Ucrânia, urgência climática e ambiental, crise alimentar e energética, etc. – tem conduzido a uma reversão nos ganhos de desenvolvimento, bem como a um aumento das desigualdades (depois de décadas de convergência nos rendimentos globais).

Isto tem efeitos desproporcionais nos países que já registavam maiores índices de pobreza e de vulnerabilidade e, dentro dos países, nos segmentos populacionais mais pobres, uma vez que estes despendem uma proporção muito maior do seu rendimento em bens essenciais, como alimentação e energia, e não dispõem de poupanças para amortizar os efeitos de choques externos.

A população a viver em situação de pobreza extrema (que vive com menos de \$2,15 USD por dia, o que corresponde ao limiar mínimo definido pelo Banco Mundial) é de cerca de 692 milhões de pessoas (8,4% da população mundial), sendo que o número de pessoas a viver nessa situação, no período entre 2020 e 2024, foi sempre superior ao registado em 2018 e 2019. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou severa aumentou 350 milhões só entre 2020 e 2022.



Financiamento para o Desenvolvimento

5 tendências e 10 recomendações

A pobreza extrema está, cada vez mais, concentrada na África Subsaariana, sendo que 67,1% da população mundial nessa situação vive em África. Interligado com isto, a pobreza extrema está a concentrar-se também em países afetados por conflitos e em situação de fragilidade, muitos dos quais vivem situações de crise persistentes e prolongadas (e, muitas vezes, esquecidas, por não estarem no radar dos interesses geopolíticos e geoeconómicos predominantes). Isto significa que a pobreza se concentra, cada vez mais, em contextos mais complexos e onde é mais difícil de eliminar, existindo largos setores das populações que estão a ser “deixados para trás”.

As previsões para 2030 não revelam grandes progressos na diminuição da pobreza extrema, na redução das desigualdades de rendimento ou do número de pessoas em insegurança alimentar severa e aguda, o que contraria claramente os objetivos da Agenda 2030 e exige respostas adequadas e abrangentes, que tenham em devida conta as aspirações legítimas das pessoas a uma vida digna, preservando simultaneamente o planeta.



Photo: UNICEF/Eyad El Baba

TENDÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

1. Os efeitos da pandemia e das crises aumentou o *gap* de financiamento para atingir os ODS, que maioritariamente não serão cumpridos

Em poucos anos, o hiato (gap) de financiamento dos ODS passou de \$2,5 bilhões USD para cerca de \$4 bilhões USD – e este crescente défice de investimento nos ODS nos países em desenvolvimento contrasta com as tendências positivas em matéria de sustentabilidade nos mercados de capitais mundiais. Além disso, estas necessidades de financiamento correspondem a uma percentagem ínfima da riqueza gerada no mundo, alertando para o facto de os fundos existentes não estarem a ser direccionados para onde são mais precisos. Muitos incentivos financeiros e fiscais continuam a ser contrários ao desenvolvimento sustentável, incluindo os subsídios aos combustíveis fósseis, o apoio a projetos de alta intensidade carbónica e outros.

Por outro lado, os investimentos nas infraestruturas de serviços básicos acessíveis (p. ex., água e saneamento), em setores produtivos e em setores sociais (saúde, educação) continuam baixos e não existe um apoio estruturado e suficiente para que os países possam fazer uma transição ecológica e socialmente justa. Perante as previsões de que a maioria dos ODS não será atingido, importa reforçar o quadro global orientador do desenvolvimento a todos os níveis, com enfoque na melhoria das condições para a sua implementação prática e concreta, designadamente no âmbito dos financiamentos e das parcerias.

RECOMENDAÇÕES

- ▶ Alinhar/redireccionar os ativos financeiros existentes, os instrumentos e incentivos para os ODS, eliminando e sancionando práticas contrárias/incoerentes com a promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável.
- ▶ Implementar um pacote de estímulo para os ODS, com enfoque particular nos países mais pobres e vulneráveis, combinando apoios de curto-prazo (urgentes) e de longo-prazo (com previsibilidade) que incentivem, especialmente, a aposta em setores estruturais do desenvolvimento que estão subfinanciados, como os setores produtivos, os serviços básicos e os setores sociais.



2. A diversificação das fontes de financiamento não se tem refletido nos países mais frágeis e vulneráveis

Os números indicam que aqueles que estão “a ser deixados para trás” são, principalmente, os países que têm múltiplas vulnerabilidades estruturais a nível económico e social, como os Países Menos Avançados (PMA), os quais têm, adicionalmente, registado uma trajetória de divergência nos indicadores económicos relativamente ao resto do mundo. Para além da pouca capacidade de resposta a choques externos múltiplos como os dos últimos anos, estes países enfrentam grandes obstáculos ao financiamento do seu desenvolvimento, uma vez que têm maior dificuldade de geração de receitas internas e não atraem vários fluxos externos que dependem da atratividade económica e da estabilidade política (como o Investimento Direto Estrangeiro e fundos privados), continuando muito dependentes da ajuda ao desenvolvimento - particularmente em alturas de crise. Além disso, os países com maior pobreza e vulnerabilidades têm cada vez mais dificuldade em se fazerem ouvir, mesmo no seio dos países em desenvolvimento ou do “Sul global”, o que alerta para o desequilíbrio das estruturas de governação global e regional, particularmente das instituições financeiras e de outros organismos multilaterais onde são tomadas as decisões que mais os afetam.

RECOMENDAÇÕES

- ▶ Estabelecer incentivos fortes para direcionar fundos de financiamento do desenvolvimento para os locais onde são mais necessários (reconhecendo a heterogeneidade dos países em desenvolvimento), e recorrendo a fontes inovadoras e à combinação de instrumentos que alavanquem esses recursos financeiros nos países com maiores fragilidades (como mitigação do risco, garantias públicas para alavancar fundos privados, etc.).
- ▶ Advogar por uma reforma da governação na arquitetura financeira internacional, de forma a assegurar o envolvimento real e participação concreta dos países com maior pobreza e vulnerabilidades nos principais organismos, incluindo os países em situação de fragilidade, os PMA e os pequenos estados insulares.



UN Photo / Bandula Gedara

3. O crescimento insustentável da dívida externa desvia fundos que seriam essenciais para o desenvolvimento

A crise de alimentos e energia e os pagamentos de dívida estão a contribuir para enormes pressões orçamentais. Desde 2020, o peso do serviço da dívida em percentagem das receitas do Estado tem subido particularmente nos países de rendimentos mais baixos, contribuindo para impossibilitar maior investimento público em políticas e setores sociais essenciais ao desenvolvimento. Em 2024, quase dois terços dos países com rendimentos baixos estão em risco elevado ou em situação de sobre-endividamento e 40% da população mundial vive em países onde os governos despendem mais recursos no pagamento de juros do que na educação ou na saúde.

Isto limita consideravelmente a sua capacidade de planearem e apostarem numa transformação sustentável que permita processos de recuperação e de desenvolvimento equilibrados. Por outro lado, tendo em conta que a natureza da dívida mudou consideravelmente nos últimos anos (dado o grande aumento de credores privados e credores bilaterais, com destaque para a China), a coordenação torna-se mais difícil e a resposta da comunidade internacional e este problema tem sido fraca, fragmentada e pouco eficaz. Os novos instrumentos, como o G20 Common Framework, têm de ser reformulados no seu alcance, funcionamento e eficácia.

RECOMENDAÇÕES

- ▶ Pressionar e contribuir para a promoção de iniciativas e mecanismos, devidamente coordenados e abrangentes, que preconizem uma rápida e real renegociação e/ou reestruturação da dívida externa dos países em desenvolvimento, permitindo-lhes libertar recursos para a sua resposta às crises e para os seus processos de desenvolvimento.
- ▶ Não obstante a necessidade de assegurar um crescimento do financiamento a todos os níveis, dar prioridade ao reforço de instrumentos financeiros com condições mais favoráveis, que não contribuam para uma escalada rápida e insustentável da dívida dos países mais pobres.



4. Práticas pouco éticas ou criminosas a nível financeiro e tributário/fiscal prejudicam largamente os processos de desenvolvimento

Os fluxos financeiros ilícitos e a evasão fiscal prejudicam os esforços de desenvolvimento, representando a perda de recursos importantes. Em muitos casos, os países registam maior saída de fluxos financeiros por estas vias, do que recebem em fluxos externos, através de evasão fiscal de empresas internacionais, faturação comercial fraudulenta, corrupção e transferências financeiras para paraísos fiscais. Estas e outras práticas são propiciadas pela falta de regulação, falta de transparência e o secretismo do sistema financeiro global, permitindo a elisão e evasão fiscal em larga escala, nomeadamente através de jurisdições de sigilo (“paraísos fiscais”). O investimento numa maior transparência, responsabilização e regulação do capital

depende de vontade política e de melhores instrumentos e concertação a nível internacional e regional (como uma Convenção global nas Nações Unidas). Por outro lado, para promover a justiça fiscal, várias organizações, redes e movimentos da sociedade civil têm apelado à formulação de novos instrumentos tributários, que teriam de ser decididos, principalmente, através de maior cooperação regional e internacional. Alguns países têm avançado na tributação das grandes fortunas (como a Espanha) e o G20 aprovou, no final de 2024, uma proposta nesse sentido. Calcula-se que um imposto de apenas 2% sobre o rendimento dos “ultra-ricos” poderia gerar mais de \$250 mil milhões USD anualmente, recursos que são essenciais para financiar o desenvolvimento, combater a pobreza e apoiar a transição ecológica.

RECOMENDAÇÕES

- ▶ Colmatar lacunas e deficiências da atual arquitetura de combate aos fluxos financeiros ilícitos, à elisão e evasão fiscal, incluindo a melhoria da regulação e da transparência e responsabilização dos atores envolvidos, bem como uma governação global mais eficaz nesta matéria (designadamente sob auspícios das Nações Unidas).
- ▶ Criar e reforçar formas de tributação promotoras de justiça social - p. ex. impostos mínimos sobre lucros das multinacionais, tributação dos lucros excessivos ou sobre a riqueza extrema, tributação das transações financeiras que se destine ao financiamento do desenvolvimento sustentável, entre outros.



5. A ajuda ao desenvolvimento é instrumentalizada e os seus orçamentos estão sob crescente pressão

Há mais de cinquenta anos, foi definida a meta internacional de afetação de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), sendo sucessivamente reafirmada pelos países nos fóruns internacionais e regionais, desde as Nações Unidas à União Europeia. Hoje, porém, os orçamentos da APD estão sob enorme pressão nos países mais desenvolvidos, e especificamente naqueles que têm contribuído com valores mais expressivos para a assistência humanitária e o desenvolvimento global. Muitos deles anunciaram cortes nestes orçamentos e/ou o abandono das metas estabelecidas (como a Suécia, a Noruega, a Alemanha e a França), o que tem suscitado reações de preocupação, particularmente das organizações e redes da sociedade civil.

Por outro lado, ainda que se deva salientar os interesses comuns e benefícios mútuos destes fluxos financeiros, no contexto atual é preciso ter em conta que as fortes divisões e fragmentação estão a colocar em risco a a solidariedade internacional, enquanto a preponderância de outros interesses, considerados mais urgentes ou prioritários, fazem com que a ajuda ao desenvolvimento (com fundos já de si muito limitados) não chegue aos países parceiros e/ou seja, cada vez mais, instrumentalizada para a prossecução de fins securitários e económicos. Isto contribui para que a sua alocação não cumpra critérios de necessidade e de direitos (needs-based approach e rights-based approach) nem os princípios da eficácia internacionalmente acordados, comprometendo os resultados que se pretendem atingir.

RECOMENDAÇÕES

- ▶ Defender, pressionar e promover a responsabilização pelo cumprimento dos compromissos internacionalmente consagrados em matéria de ajuda ao desenvolvimento, a nível quantitativo (0,7% do RNB e 0,15% para PMA) e qualitativo (princípios da eficácia) - incluindo através do reforço do papel das organizações multilaterais e do papel da sociedade civil neste contexto.
- ▶ Investir na transparência na alocação dos financiamentos e preservar o papel desempenhado e a finalidade primordial dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento - a qual se baseia na dignidade humana e está centrada na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.



Mais informações em **coerencia.pt**



Uma parceria:



Cofinanciado por:



Este documento foi produzido pela investigadora Patrícia Magalhães Ferreira, com base no Quadro de Ação sobre Desenvolvimento, Comércio e Finanças. Insere-se no âmbito do projeto Coerência - O Eixo do Desenvolvimento e o seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade das organizações promotoras (FEC e IMVF) e não reflete necessariamente a posição do Camões, I.P..